

POLÍTICAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

As políticas sociais no âmbito da Solidariedade e Segurança Social implementadas pelo Partido Socialista e o atual Governo, na proposta de Plano e Orçamento para 2014, apresentam um aumento de 8,91% e assentam em três grandes eixos:

- 1 – **O reforço do rendimento das famílias**, com a manutenção dos complementos regionais de pensão e ao abono de família, o incentivo ao arrendamento e a aquisição de medicamentos para idosos;
- 2 – **O alargamento da cobertura da rede regional de equipamentos, serviços e respostas sociais**, que vai permitir levar mais serviços nas áreas de intervenção a mais Açorianos, do que uma perspetiva de investimento em infraestruturas, se bem que seja justo realçar a importância de dotar todos os concelhos da Região com a rede de creches;
- 3 – **O suporte social e de inclusão às famílias e aos Açorianos em risco de pobreza** é um dos objetivos prioritários da Ação Social, que tem obrigado a uma reorganização global de objetivos, de meios e procedimentos de intervenção, numa constante adaptação às novas problemáticas que têm surgido na Região, designadamente, no que diz respeito às mudanças das estruturas familiares, ao repatriamento, aos sem-abrigo, às dependências, à violência doméstica e aos jovens em risco.

A vasta rede de equipamentos sociais que hoje temos nos Açores resulta da cooperação entre o Governo dos Açores e as IPSS's, Misericórdias, Casas do Povo, Centros Sociais e Paroquiais, Cooperativas de Solidariedade, Organizações Não Governamentais (ONG's), pessoas singulares e coletivas de utilidade pública e outras entidades privadas sem fins lucrativos com atuação na área social.

Em 2012 tínhamos **234 instituições** com acordos de cooperação celebrados para o seu funcionamento, com uma capacidade instalada para **29.978 utentes** e com uma frequência de **27.451**, nas **761 respostas sociais** existentes.

É assim que o Governo dos Açores apoia os 27.387 Açorianos que diariamente usufruem destas respostas sociais, quer se trate de crianças, de idosos, de pessoas com deficiência, de vítimas de violência doméstica ou pura e simplesmente famílias que, afetadas pelo desemprego, se confrontam com dificuldades acrescidas para satisfação das suas necessidades básicas.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

O Governo dos Açores, com o Plano e Orçamento para 2014, quer minimizar os riscos do agravamento da exclusão social e da pobreza das famílias Açorianas, que se vêm afrontadas nos seus direitos de justiça

social por uma conjuntura económica imposta por uma política social assente em medidas recessivas do Governo da República de maioria PSD/CDS-PP, que abalam e destroem a coesão social e os direitos de cidadania, e que, persistentemente, reduzem apoios sociais deixando mesmo aqueles que beneficiam deles abaixo do limiar da pobreza.

Está em causa o estado social e vivem-se tempos muito difíceis.

É para responder às múltiplas situações de exclusão e de pobreza das pessoas e das famílias, que o Governo dos Açores quer dar uma resposta solidária, coerente e responsável a todos os seus programas de proteção social, definindo critérios, ações e dando sustentabilidade na aplicação dos recursos que este Plano e Orçamento contêm.

Não esquecemos nem abandonamos as pessoas nem os contextos familiares, muitas vezes dramáticos.

Merecem a nossa particular atenção os pensionistas e reformados, duramente atingidos e afetados pelas circunstâncias e conjuntura adversa que vivemos.

Por isso, o Governo dos Açores, contrariamente ao que faz o Governo da República, não só vai manter os seus compromissos com os Açorianos, como vai reforçar mais uma vez o valor dos Complementos Regionais de Pensão e ao Abobo de Família.

A este propósito é verdade, e impõe-se dizer, que entre os anos de 2009 e 2013, o Complemento Regional de Pensão aumentou mais de 15%.

O apoio às famílias e o combate à precaridade, neste período de austeridade, têm destinados 2,280 milhões de euros, para reforço ao Complemento Açoriano ao Abono de Família de Crianças e Jovens, como para aumentar o valor total dos acordos de cooperação destinados às IPSS's e Misericórdias, que em 2014 passam de 52 milhões de euros, para mais de 53,5 milhões de euros, tal como já foi anunciado pelo Senhor Presidente do Governo.

Neste Plano e Orçamento para 2014 destacamos uma especial atenção ao **Apoio à Família, Comunidade e Serviços**, designadamente aos Sem-Abrigo, com a renovação e melhoramento das suas condições de acolhimento nas ilhas da Terceira e S. Miguel.

Queremos destacar o objetivo de dar continuidade ao combate às desigualdades sociais nas suas diversas formas - a violência doméstica, a igualdade de género, fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis e combater o isolamento e solidão dos idosos, dinamizando atividades de forma a promover o envelhecimento ativo.

Continuaremos a implementar programas e ações destinadas à promoção da habitação, reabilitação de infraestruturas habitacionais, recuperação de habitação degradada, o arrendamento social e a cooperação com autarquias e instituições vocacionadas para a salvaguarda da inserção e reinserção social.

Vamos continuar a promover e a rentabilizar todos os recursos que possuímos nas áreas sociais, como incentivar a participação ativa de todos os cidadãos, a valorizar o voluntariado e a estimular as comunidades para que potenciem as respostas sociais que têm numa lógica de proximidade e de complementaridade.

Mesmo confrontados com as medidas orçamentais restritivas advindas da insensibilidade social do Governo da República de maioria PSD/CDS-PP, o Governo dos Açores quer continuar a ter uma capacidade de participação ativa, mobilizadora e responsável que promova a economia local e contribua para a igualdade e a coesão social.

Para isso, fazemos um apelo a todas as IPSS's, Misericórdias e entidades com responsabilidades diretas nas áreas sociais e solidárias, para que persistam na identificação das necessidades, inovem nas metodologias e processos, e reorientem os recursos disponíveis.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

De certo modo, parece, que nos esquecemos de que todos os seres são iguais em termos de dignidade, princípio contido no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Vem isto a propósito para que estejamos mais atentos e sensibilizados para a problemática das nossas crianças e jovens em risco, de modo a que possamos encontrar as medidas de promoção e proteção mais adequadas

à sua dignidade, porque a sua vulnerabilidade aumenta com as situações de potencial conflito que se instalam nas famílias, fruto das circunstâncias sociais adversas que vivemos.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

Confiança e esperança é o mote que o Senhor Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, lançou para a prossecução deste Plano e Orçamento.

Queremos continuar a promover a Solidariedade Social, em prol de todas açorianas e de todos os açorianos, não deixando nenhuma nem nenhum para trás.

O Governo dos Açores vai continuar a inclusão de medidas de combate à pobreza e à exclusão social em todas as áreas de ação, desde a educação até à economia, passando pela juventude, pelo emprego, pela saúde, pela habitação, e pelas novas tecnologias.

A Ação Social deve continuar a ter como principal missão um sistema de planeamento estratégico, que influencie a promoção de projetos construídos e realizados de forma cooperada com os diversos departamentos do Governo Regional e IPSS dos Açores, implementando planos integrados e/ou em rede de desenvolvimento social, para resolução dos problemas que se colocam às comunidades.

Termino, citando *George Eliot*: “Que razão poderá ter a vida, se não for tornar a vida uns dos outros um pouco mais fácil ?”

Disse.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2013

Domingos Cunha

Deputado do Grupo
Parlamentar do PS
XI Legislatura